

O CURRÍCULO DE SOCIOLOGIA NA ESCOLA: UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO (E DISPUTA)

Amurabi Oliveira¹

RESUMO

Neste breve texto pretendemos realizar alguns apontamentos em torno do debate do Ensino de Sociologia no Ensino Médio, considerando as particularidades que envolvem este campo de discussão. Tomamos como fio condutor uma reflexão em torno do currículo de Sociologia para a Educação Básica. Para tanto, realizamos três incursões: a) uma breve digressão em torno das presenças e ausências da sociologia no currículo escolar; b) uma análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1999) e das Orientações Curriculares Nacionais (2006) de Sociologia; c) um sucinto debate sobre as possibilidades de se pensar um currículo nacional de sociologia. Nossa intenção é de desenvolver uma reflexão que contribua para as discussões que vem sendo realizadas neste campo incipiente.

Palavras Chaves: Ensino de Sociologia; Currículo de Sociologia; Currículo Escolar.

ABSTRACT

In this brief text we intend to make some notes about the debate of Teaching Sociology in High School, considering the particularities involving this field of discussion. We take as a reflection thread around the sociology curriculum for Basic Education, we do three incursions for this: a) a brief digression around the presences and absences of the sociology in the curriculum, b) a review of the National Curriculum Parameters (1999) and the National Curriculum Guidelines (2006) of Sociology c) a brief discussion about the possibilities of thinking about a sociology national curriculum. We intend to develop a reflection that contribute to the discussions that have been held in this nascent field.

Key Words: Teaching Sociology, Sociology Curriculum, School Curriculum.

AS INTERMITÊNCIAS DA SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO ESCOLAR

A Sociologia enquanto disciplina escolar apresenta uma série de particularidades, talvez a mais proeminente refira-se a sua intermitência no currículo escolar, o que já foi pontuado por outros autores (SANTOS, 2002; SILVA, 2010, MOARES, 2011). Em todo o caso, sua história remete ao século XIX, quando sua introdução foi sugerida por Rui Barbosa, e incluída nas reformas propostas por Benjamin Constant, que não se efetivaram (MACHADO, 1987). Todavia, é apenas a partir dos anos de 1920 que esta passa a se consolidar como disciplina escolar, por meio das reformas Rocha Vaz (1925) e a Francisco Campos (1931).²

¹ amurabi_cs@hotmail.com. Universidade Federal de Alagoas.

² Em 1892 houve a introdução da disciplina “sociologia, moral, noções de economia política e direito pátrio” no Atheneu Sergipense, em Aracaju, cujo currículo poderia ser considerado “pouco sociológico” (ALVES; COSTA, 2006), contudo, mesmo no caso do Colégio Pedro II em 1925 também temos inicialmente um currículo bastante ligado a outros campos disciplinares, em especial ao da história.

A introdução da Sociologia na escola se deu em um período anterior à criação dos primeiros cursos de Ciências Sociais no Brasil, o que veio a ocorrer nos anos de 1930, de modo que, os primeiros professores de Sociologia eram predominantemente autodidatas, como nos aponta Meucci (2011). Alguns destes docentes eram renomados intelectuais do período, como Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre, Delgado de Carvalho, dentre outros que se dedicaram também ao processo de escrita de manuais de Sociologia, responsáveis pelo processo de rotinização do conhecimento sociológico no país.

É válido ressaltar que o debate trazido pela Escola Nova³, em especial a partir do manifesto dos pioneiros da educação, publicado em 1932, teve um grande impacto sobre o campo intelectual e educacional brasileiro, ainda que seus efeitos possam ser, por vezes, controversos (CUNHA, 1994, SAVIANI, 2009, CURY, 1988, 2004). Em todo o caso, a partir da instauração deste debate fica patente a necessidade de se construir um saber escolar assentado no conhecimento científico, o que vai impactar tanto a educação básica como os cursos de formação de professores (NAGLE, 1974), no qual a Sociologia também foi introduzida (MEUCCI, 2011). Desse modo, não é exagero afirmar que a introdução da Sociologia nos currículos escolares encontrava-se atrelada ao processo de modernização do país, como nos aponta Sarandy (2007).

Mesmo ante ao intenso debate entre católicos e liberais, no qual estes substituíram o messianismo religioso pelo messianismo científico (CURY, 1988), a ideia da Sociologia como uma disciplina moderna e científica é preservada mesmo na formulação de pensadores católicos. Amaral Fontoura no primeiro capítulo de *Sociologia Educacional* (1969 [1948]), intitulado “Didática da Sociologia Educacional”, aponta para a centralidade da realização das pesquisas sociais para o ensino desta disciplina e para o papel ativo do aluno, ao mesmo tempo em que condena explicitamente a simples memorização como possibilidade de aprendizagem da Sociologia. Segundo o autor “Como poderemos fazer com que o aluno conheça a realidade social e o meio onde irá atuar, ao terminar o curso? Através das visitas e da pesquisa.” (p. 34).

A Sociologia apresentou-se neste contexto como uma disciplina capaz de renovar intelectualmente o país, de modernizá-lo por assim dizer. Ainda que devamos considerar os aspectos contraditórios da realidade social, intelectual e política existentes não apenas no Brasil como na América Latina como um todo. Neste sentido, são-nos elucidativas as considerações de Canclini (1997), em torno da existência de um modernismo sem modernização na América Latina, uma vez que este se deu com a expansão restrita do mercado, democratização para minorias, renovação das ideias com baixa eficácia nos processos sociais, caracterizando desajustes entre modernismo e modernização que foram uteis às classes dominantes para preservar sua hegemonia.

Contudo, a presença da Sociologia no currículo escolar não se mostra linear, tendo sido retirada durante a reforma Capanema⁴, em 1942, permanecendo apenas nos cursos de formação de professores, nas Escolas Normais. Ainda que alguns possam defender uma visão em que a Sociologia mostra-se ausente em governos autoritários, e presente em regimes democráticos, devemos chamar a atenção para o fato de que um exame mais acurado dos fatos nos faz repensar tal posição. A este respeito Moraes (2011) nos elucida que mesmo na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, cuja discussão e aprovação se deu em

3 Para uma melhor análise da Escola Nova vide o trabalho de Xavier (2002).

4 Para uma melhor análise da Reforma Capanema vide o trabalho de SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA. (2000).

um período caracteristicamente democrático, a Sociologia permanece ausente de fato dos currículos escolares, figurando ao lado de mais de uma centena de disciplinas como opcional. O argumento do autor acerca das presenças e ausências da Sociologia no currículo escolar é que: “[...] a exclusão da Sociologia do currículo prende-se menos a preconceitos ideológicos e mais à indefinição do papel dessa disciplina no contexto de uma formação que se definia mais orgânica, resultado do estabelecimento de uma burocracia mais técnica e mais exigente ou convicta em relação à concepção de educação.” (p. 365).

Um marco relevante para as cronologias que buscam periodizar o percurso da Sociologia no currículo escolar é no ano de 1971, período em que a Reforma Passarinho apresentou uma divisão tríplice do ensino: o 1º e 2º graus, precedendo ao 3º grau ou superior. O 1º grau, abrangendo os antigos cursos primário e ginásial, com oito anos de duração; o 2º grau, com três ou quatro séries, apresentando um termino para permitir o engajamento em atividades profissionais de nível intermediário e o aproveitamento de estudos específicos no curso superior. Com isso se pretendia profissionalizar a educação básica brasileira, assentada na perspectiva tecnicista, cuja ideia básica seria “aprender a fazer” (SAVIANI, 2011). Segundo Santos (2004), para a Reforma Passarinho, assim como a Reforma Capanema, a Sociologia seria um conhecimento dispensável.

Com o processo de redemocratização do país a partir dos anos de 1980 a Sociologia passa gradativamente a ganhar espaço de forma bastante pontual, e mesmo frágil. Ela volta a figurar na grade curricular de estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco etc., destaca-se que esse processo de reintrodução se deu acompanhado de contínuas lutas de caráter mais sindical que acadêmico, ainda que a discussão gradativamente tenha ganhado espaço neste âmbito, dentro da Sociedade Brasileira de Sociologia, em especial a partir de 2005 com a fundação do Grupo de Trabalho Ensino de Sociologia, e com a Comissão de Ensino de Sociologia, e mais recentemente com a fundação da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais em 2012.

A reintrodução lenta e gradual da Sociologia nos currículos escolares possui também como um dos seus marcos a nova LDB de 1996, que no seu artigo 36 indica que os jovens egressos do ensino médio deveriam possuir conhecimentos de Sociologia e Filosofia para o exercício da cidadania. Essa ligação entre ensinar Sociologia e preparar para a cidadania deixa marcas profundas no imaginário dos professores que lecionam esta ciência, ainda que o conceito de cidadania se apresente por vezes de forma vaga e imprecisa no discurso dos mesmos (MOTA, 2003, 2005), como também entre os alunos que têm aulas de Sociologia. Entretanto, devemos considerar que:

A formação para o exercício da cidadania, vista como finalidade da educação – ou como fundamento do ensino de Sociologia –, prescinde de definições precisas, bem como de garantias de certas condições de aplicabilidade. Por si só, ela não diz nada, é necessário explicitar os fundamentos do conceito de cidadão, os valores que o suportam e as condições objetivas para efetivá-lo. (RESES, 2011, p. 103).

O tratamento oferecido pela LDB não garantiu a existência de uma disciplina específica, indicando que a Sociologia deveria ser tratada de forma *interdisciplinar*, conforme regulamentação do Conselho Nacional de Educação referente ao Ensino Médio com a edição das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), Parecer CNE/CEB n. 15/98 e Resolução CNE/CEB n. 03/98.

A possibilidade da reintrodução da Sociologia, e da Filosofia, no Ensino Médio foi apontada em 2001, por meio de um projeto de lei de autoria do deputado federal Padre Roque, porém, o projeto após a aprovação no legislativo foi vetado pelo presidente Fernando

Henrique Cardoso⁵, o que na leitura de Carvalho (2004) se deveu ao fato de que “[...] era preciso impedir que os milhões de jovens do Ensino Médio pudessem ter acesso a duas disciplinas que lhes propiciassem uma melhor condição de reflexão e análise da realidade social em que estão inseridos.” (p. 27).

Ainda que esta leitura que interpreta a Sociologia como uma ciência marcadamente combativa e crítica com relação à realidade social seja possível – o que é apenas uma possibilidade em verdade, afinal, não podemos olvidar as perspectivas teoricamente conservadoras da Sociologia – não podemos deixar de lado a própria conjuntura política, e o processo de flexibilização dos currículos escolares como uma atitude afinada com as macropolíticas neoliberais que passam a ganhar grande visibilidade no Brasil em especial a partir dos anos de 1990.

As mudanças causadas pelo advento do governo Lula a partir de 2003 tiveram um impacto significativo sobre o ensino de Sociologia, ainda que devamos reconhecer, como nos aponta Frigotto (2005), que as políticas educacionais do governos Lula apontam para um embate entre setores conservadores e progressistas da sociedade brasileira. É durante esse período que em 2006 o CNE emite um parecer favorável à introdução da Sociologia e da Filosofia no Ensino Médio, e em 2008 a lei nº 11.684 é aprovada, tornando obrigatório o ensino de Sociologia e de Filosofia em todas as séries do Ensino Médio no Brasil.

A partir desse momento novos desafios são postos, pois, a questão deixa de ser apenas introduzir a Sociologia no currículo escolar. Para Silva (2010):

Para cada *ganho* de espaço, outras demandas surgiram, tais como: necessidade de diretrizes e orientações para seleções de conteúdos e métodos de ensino, de materiais didáticos, de professores capacitados, de incremento nas licenciaturas dos cursos de Ciências Sociais, de espaços de formação continuada nas universidades, de elaboradores de questões para as provas de vestibulares, de concursos públicos para professores da disciplina, de professores de Sociologia para as burocracias educacionais, entre tantas outras demandas e desafios que se multiplicaram a partir dessa expansão crescente após 1996. (p. 28)

A reintrodução da Sociologia nos currículos escolares nos leva a uma problematização em torno dos modelos formativos de professores existentes, bem como acerca das questões didáticas próprias da Sociologia, e da construção de um currículo desta ciência, pois o próprio debate acerca da necessidade ou não de se possuir um currículo nacional ainda é incipiente.

Pretendemos ao longo deste artigo realizar uma pequena reflexão em torno da realidade do currículo de Sociologia no Ensino Médio, considerando os aspectos trazidos pelos Parâmetros e Orientações Curriculares Nacionais de Sociologia, bem como do debate acadêmico quem tem sido produzido em torno da necessidade ou não, ou mesmo da existência ou não de um currículo nacional para o ensino de Sociologia no Brasil.

5 Moraes (2004) realiza uma análise pormenorizada acerca do veto presidencial de 2001 à reintrodução da Sociologia na Educação Básica.

PARÂMETROS E ORIENTAÇÕES CURRICULARES NACIONAIS DE SOCIOLOGIA: ELEMENTOS PARA UM DEBATE

Ainda que não haja atualmente um currículo nacional de Sociologia para o Ensino Médio, o que discutiremos mais adiante, isso não quer dizer que não haja referências que possam nortear minimamente a prática dos professores que lecionam esta disciplina. Nesta direção possuímos dois marcos claramente postos: os Parâmetros Curriculares Nacionais, e as Orientações Curriculares Nacionais. Os dois documentos possuem propostas distintas, o que se deve em grande medida aos contextos diversos em que são produzidas, em todo o caso, compreendemos que ambos contribuem para a formulação do “currículo de fato” (YOUNG, 2000).

Apesar das leituras muitas vezes controversas em torno dos dois documentos, parece-nos ser relativamente consensual o caráter mais difuso presente nos PCN (1999), não à toa, estes tratam de “Conhecimentos de Sociologia, Antropologia e Política”, apontando para uma leitura não disciplinar na Sociologia, o que já estava exposto na interpretação das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, publicadas no ano anterior, que apontavam para uma interpretação segundo a qual a Sociologia encontrar-se-ia dissolvida em meio a outras disciplinas, o que parece ser bastante questionável (CARVALHO, 2004).

Segundo a leitura de Casão e Quinteiro (2007) os PCN apoiam-se na chamada pedagogia das competências, o que não garantiria o espaço disciplinar da Sociologia no currículo escolar. Segundo o documento “O estudo das Ciências Sociais no Ensino Médio tem como objetivo mais geral introduzir o aluno nas principais questões conceituais e metodológicas das disciplinas de Sociologia, Antropologia e Política. (BRASIL, 1999, p. 36), o que nos parece ser uma postura razoável, contudo vaga, uma vez que não estabelece qual a finalidade de introduzir o aluno em tal discussão. Ainda segundo o documento:

[...] pela via do conhecimento sociológico sistematizado, o educando poderá construir uma postura mais reflexiva e crítica diante da complexidade do mundo moderno. Ao compreender melhor a dinâmica da sociedade em que vive, poderá perceber-se como elemento ativo, dotado de força política e capacidade de transformar e, até mesmo, viabilizar, através do exercício pleno de sua cidadania, mudanças estruturais que apontem para um modelo de sociedade mais justo e solidário. (p. 37)

Parece-nos que o principal problema presente na discussão dos PCN diz respeito ao fato de se apresentarem teoricamente frágeis, sem deixar claro o que seria esta postura crítica e reflexiva. As OCN (2006), por outro lado, além de deixarem mais claramente delimitado o seu campo: o da Sociologia, ainda que não se proponham a ser um programa curricular nacional, assumem uma postura mais afirmativa da Sociologia enquanto campo disciplinar, resgatando inclusive o histórico desta enquanto disciplina escolar. Segundo o documento:

Primeiramente, a disciplina Sociologia tem uma historicidade bastante diversa de outras disciplinas do currículo, tanto em relação

àquelas do campo das linguagens como em relação às das Ciências Humanas, mas sobretudo das Ciências Naturais. É uma disciplina bastante recente – menos de um século, reduzida sua presença efetiva à metade desse tempo; não se tem ainda formada uma comunidade de professores de Sociologia no ensino médio, quer em âmbito estadual, regional ou nacional, de modo que o diálogo entre eles tenha produzido consensos a respeito de conteúdos, metodologias, recursos, etc., o que está bastante avançado nas outras disciplinas. Essas questões já poderiam estar superadas se houvesse continuidade nos debates, o que teria acontecido se a disciplina nas escolas não fosse intermitente. (BRASIL, 2006, p.103-104)

O reconhecimento das particularidades referentes à disciplina de Sociologia nos possibilita uma reflexão mais apurada em torno dos desafios postos, destacando as vantagens e desvantagens de estarmos nos referindo a uma disciplina não consolidada no currículo, já que “Por um lado, a não existência de conteúdos consagrados favoreceria uma liberdade do professor que não é permitida em outras disciplinas, mas também importa numa certa arbitrariedade ou angústia das escolhas.” (p. 116).

No referido documento encontramos um posicionamento mais claro no que concerne à finalidade da Sociologia na educação básica, apontando para o fato de que ela busca estranhar e desnaturalizar a realidade social, estes seriam os princípios epistemológicos das OCN, tal postura busca distanciar-se de uma redução da finalidade desta disciplina a um mero “clichê”: “preparar para a cidadania”, ainda que este aspecto não seja simplesmente negado. Para Moraes e Guimarães (2010):

É contribuição das Ciências Sociais, como a disciplina Sociologia para o nível médio, propiciar aos jovens o exame de situações que fazem parte do seu dia a dia, imbuídos de uma postura crítica e atitude investigativa. É sua tarefa desnaturalizar os fenômenos sociais, mediante o compromisso de examinar a realidade para além de sua aparência imediata, informada pelas regras inconscientes da cultura e do senso comum. Despertar no aluno a sensibilidade para perceber o mundo à sua volta como resultado da atividade humana e, por isso mesmo, passível de ser modificado, deve ser a tarefa de todo professor. (p. 48)

Casão e Quinteiro (2007) destacam ainda o fato de que esta mudança de postura dos PCN par as OCN deve-se, em grande medida, ao fato de que os próprios agentes envolvidos na elaboração de tais documentos oficiais são outros. “Enquanto os agentes responsáveis pela realização dos PCN, na grande maioria, não têm formação específica em Ciências Sociais, os consultores e leitores críticos das OCN além de serem professores e pesquisadores da área, são comprometidos com esta batalha da obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio.” (p. 233). Nas OCN o debate desenvolvido em torno do ensino de Sociologia aponta-se para a necessidade de se elaborar uma prática pedagógica que busque articular a dimensão das teorias, dos conceitos e dos temas, o que deveria ser realizado em articulação com a

dimensão da pesquisa para o desenvolvimento da prática docente, o que é objeto de crítica por parte de Gomes (2007), ao menos da forma como é tratada nas OCN. Segundo a autora:

Na proposição sobre ensino de métodos e técnicas de pesquisa no ensino médio, o nível de exigência me pareceu similar ao que hoje e propugnado na maioria dos currículos da graduação na área, o que a experiência na docência da disciplina ha alguns anos me leva a crer que já para este nível e um grande desafio conseguir que formem de imediato a maturidade necessária face a competência técnica exigida, podendo esperar tão somente – embora fundamental – a formação do espirito investigativo dos estudantes. O que se dirá de transpor-se estas exigências de competência investigativa para o estudante do ensino médio? E, neste sentido, o argumento que melhor exprime esta dificuldade e o fato de que nem mesmo o professor do ensino médio tem uma abrangência tal de conhecimento e experiência em pesquisa social que lhe permita transmiti-lo de modo adequado neste nível de exigência. Por isso, creio que seja esta uma dimensão do documento que precisaria ser revista. (p. 477)

O que nos parece ser uma crítica séria e substancial, mas que se aplicaria não apenas ao campo da docência da Sociologia, uma vez que as fragilidades pedagógicas e institucionais para a implantação de uma cultura científica de pesquisa no Ensino Médio atingem todas as disciplinas escolares. Todavia, há de se destacar que uma disciplina historicamente intermitente no currículo, sem o estabelecimento de um consenso mínimo em torno de seus conteúdos enfrentará maiores dificuldades.

Ainda que as OCN representem um avanço significativo na discussão em torno do ensino de Sociologia, nunca é demais lembrar que seu processo de elaboração se deu em período imediatamente anterior ao processo de reintrodução da disciplina em nível nacional, que só se substanciou na forma da lei no ano de 2008, logo, ainda que se trate de um pequeno interstício este fator se apresenta como de extrema relevância, uma vez que cria um novo cenário institucional, em que a própria ideia de um currículo de Sociologia passa a ser repensada.

UM CURRÍCULO NACIONAL DE SOCIOLOGIA?

Autores como Apple (2006), Bernstein (2003), Young (2000) têm demonstrado como o currículo reflete as relações de poder de uma dada sociedade, ainda que não seja um mero epifenômeno destas. Neste sentido, pensar as possibilidades da existência ou não de um currículo de qualquer disciplina escolar é pensar também os embates travados em torno de seus sentidos.

Se por um lado, o trabalho de Meucci (2011) aponta para o fato de que a Sociologia no currículo escolar dos anos de 1920 representou uma renovação intelectual, trazendo um verdadeiro “realismo sociológico”, capaz de abrir novas possibilidades de interpretação da nação, por outro devemos considerar que o processo de reintrodução paulatina da Sociologia no currículo escolar a partir dos anos de 1980, atrelado ao discurso da cidadania, como nos

apontam as pesquisas de Mota (2003, 2005), Santos (2002) e Reses (2004, 2011), refletiu o momento político e social vivenciado no Brasil, em que a própria educação passa a ser compreendida como importante elemento no processo de democratização do país (WEBER, 1996). O avanço trazido pelas OCN não foi isento de críticas, como nos aponta Moraes (2012), um dos seus elaboradores, muitos apontaram a proposta como “flexibilizante”, contudo, segundo o autor:

Nossa proposta não era flexibilizante porque nunca jamais houve uma proposta de ensino de Sociologia consagrada nacionalmente, senão dezenas ou centenas, no mínimo, e infinitas, no máximo, presentes no cotidiano escolar, quando construídas por professores, nas propostas oficiais, elaboradas em cada gestão, ou nos próprios livros didáticos, a cargo de cada autor e a cada edição. (p. 123).

Ainda segundo o autor (MORAES, 2009, 2012), o que era esperado por parte da comissão que elaborou a proposta era que a possibilidade da existência, ou não, de um currículo nacional fosse aventada apenas após o processo de consolidação da disciplina no currículo escolar, ante a um debate mais amplo, envolvendo os diversos agentes sociais que estão implicados nesta questão.

Entretanto, a ausência de um currículo nacional consagrado não significa que não haja temas que estão “consolidados” no ensino de Sociologia, o que pode ser verificado através das diretrizes curriculares estaduais. Santos (2012), ao analisar estas diretrizes de diversas unidades da federação aponta para a existência de traços em comum. Segundo o autor:

Os resultados dos exercícios anteriores indicaram a existência de um mapa comum relativo às diretrizes curriculares estaduais. Um mapa que inclusive pode se constituir numa das referências para a discussão de uma proposta curricular nacional para o ensino de Sociologia. Porém, é fundamental considerar que as diferenciações no seu interior são ancoradas numa diversidade de fatores. (p. 54).

Todavia, indicar que as diretrizes estaduais parecem apontar para um “mapa comum” não implica em dizer que este se efetive nas salas de aula, uma vez que os diversos sentidos que as categorias e teorias sociológicas assumem são trabalhados considerando dentre outros fatores a formação docente e as condições trabalho postas, ou seja, há um elemento fortemente contingencial que está implicado nesta prática pedagógica.

Devemos considerar aqui que “Os professores não acompanham a publicação das propostas curriculares, não as leem, não modificam seus planos de curso. Dessa forma, as mudanças empreendidas pelos órgãos passam ao largo dos currículos escolares efetivos.” (MORAES, TAKAGI, 2008, p. 1-2). Além do mais “[...] há uma relativa convergência entre as propostas de currículos e programas de cursos que mais que expressar o resultado de uma discussão rigorosa sobre, expressa a ausência dessa discussão e a tendência à reprodução dos modelos dos cursos de bacharelado.” (SARANDY, 2011, p. 66), ou seja, para que haja uma real consolidação de uma, ou mesmo de várias, proposta curricular de Sociologia para a educação básica precisamos primeiro criar uma cultura escolar em torno do ensino desta ciência, o que

perpassa as próprias agências formadoras de professores de ciências sociais, bem como o próprio poder público.

O proveito que poderíamos tirar do caráter mais aberto das OCN se dilui ante a existência de um pequeno número de professores com formação específica na área, da ausência de tradição na discussão sobre ensino de Sociologia, e ao fato de que em boa parte dos cursos de ciências sociais não apresenta como a formação de professores, esta é compreendida por vezes de maneira residual (MORAES, 2003; OLIVEIRA, 2011), ainda que devamos reconhecer que se trata de um cenário em mudança, tendo em vista que a reintrodução da Sociologia em 2008 tem gerado um cenário que induz ao desenvolvimento de uma reflexão mais específica sobre a formação docente nessa área.

Cabe ressaltar que em nossa interpretação a elaboração de um currículo nacional comum resolveria os dilemas do ensino de Sociologia, até mesmo porque são os diversos saberes mobilizados pelos professores, como nos colocam Tardif e Raymond (2000), que compõem o desenho curricular que é formulado na realidade escolar cotidiana, onde os documentos oficiais são apenas um elemento, muitas vezes menos significativo que outros, como a experiência do docente, além dos programas presentes nos livros didáticos.

No caso da Sociologia para além do fato de ser uma disciplina marcada por muitas idas e vindas no currículo escolar, sua própria natureza a leva a um percurso de difícil estabelecimento de um consenso em torno de seu currículo escolar, pois como defende Alexander (1999), estamos nos referindo a uma ciência baseada no acúmulo de paradigmas e não na superação destes. Portanto, para além dos problemas contingenciais há outros ontológicos que se implicam neste processo de construção de um possível currículo nacional comum, e mesmo na discussão em torno de sua necessidade e conveniência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser uma disciplina com um percurso peculiar no currículo escolar, a Sociologia precisa enfrentar além dos dilemas impostas às demais disciplinas escolares outros tantos, cujo debate ainda encontra-se incipiente. Ainda que as pesquisas nesta área venham aumentando gradativamente, como apontam os levantamentos realizados por Handfas (2011), Neuhold (2011) e Caregnato e Cordeiro(2011), há uma necessidade não apenas de produzir mais sobre esta realidade, como também aproximar as discussões desenvolvidas no campo acadêmico dos professores que atuam na educação básica, bem como de legitimar esse campo de pesquisa nas Ciências Sociais.

Precisamos compreender os avanços institucionais marcados pela elaboração dos PCN e das OCN, e principalmente o processo de introdução da Sociologia em nível nacional em todas as séries do Ensino Médio, dentro de uma conjuntura maior que deve considerar tanto as transformações das próprias ciências sociais quanto as políticas educacionais elaboradas e postas em disputa.

No campo específico do currículo, devemos compreender os avanços apontados em termos institucionais, porém não absolutiza-los mesmo ante à elaboração de um possível currículo nacional de Sociologia à médio e longo prazo, uma vez que, como já pontuamos, a organização curricular no cotidiano escolar acaba sendo formulada considerando outros saberes docentes, onde o conhecimento (ou desconhecimento) dos documentos oficiais são apenas mais um elemento, muitas vezes com um pequeno impacto.

Por fim, cabe destacar um elemento que carece de pesquisas, ainda que o seu impacto só possa ser averiguado adequadamente nos próximos anos: a introdução da Sociologia no Plano Nacional do Livro Didático – PNLD, e a consequente distribuição de tais livros nas escolas públicas desde 2012. A entrada da Sociologia nesta política pública implica em um grande impacto sobre esta disciplina, uma vez que, não possuindo um currículo nacional comum entendemos que a organização dos conteúdos como proposta pelos livros selecionados pelo PNLD tende a gerar propostas curriculares, ainda que não seja esta a intenção explícita dos mesmos.

O campo do currículo de Sociologia é, portanto, um campo em construção, cuja compreensão vem ganhando destaque ainda que timidamente em meio a uma comunidade de pesquisadores também em construção. Este breve ensaio busca contribuir, ainda que modestamente, neste debate, trazendo uma reflexão em torno do percurso desta ciência no currículo escolar e dos elementos que tem contribuído para a delimitação do cenário atual.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (orgs.) Teoria Social Hoje. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

ALVES, Eva Maria Siqueira; COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura. Aspectos Históricos da cadeira de Sociologia nos Estudos Secundários (1892-1925). Revista Brasileira de História da Educação, v. 12, p. 31-51, 2006.

APPLE, Michael. Ideologia e Currículo. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BERNSTEIN, Basil. A pedagogização do conhecimento: estudos sobre recontextualização. Cad. Pesqui., s/v, n.120, p.75-110. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Orientações Curriculares Nacionais. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 1999.

CANCLINI, Néstor García. Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997.

CAREGNATO, Célia Elizabete; CORDEIRO, Victoria. Campo Científico, Institucionalização Acadêmica e a Disciplina de Sociologia na Escola. In: XV Congresso Brasileiro de Sociologia: mudanças, permanências e desafios sociológicos, 2011, Curitiba. Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011.

CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de. A Trajetória Histórica da Luta pela Introdução da Disciplina de Sociologia no Ensino Médio no Brasil. In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de. (org.). Sociologia e Ensino em Debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

CASÃO, Carolina Dias Cunha; QUINTEIRO, Cristiane Thaís. Pensando a sociologia no Ensino Médio através dos PCNEM e das OCNEM. Revista Mediações, v. 12, nº2, p. 225-238, 2007.

CUNHA, L. A. Educação e classes sociais no Manifesto de 32: perguntas sem respostas. Revista da Faculdade de Educação da USP. v. 20, nº 1 /2, p. 132-150, jan./dez., 1994.

CURY, C. R. Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais. São Paulo: Cortez, 1988.

CURY, C. R. . Um olhar sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. In: Maria do Carmo Xavier. (Org.). Manifesto dos Pioneiros da Educação: um legado educacional em debate. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

FONTOURA, Amaral. Sociologia Educacional. Rio de Janeiro, Biblioteca Didática Brasileira, 1969 [1948].

FRIGOTTO, G. A política de Educação Profissional no Governo Lula :Um percurso histórico controvertido. Educação e Sociedade, Campinas, v. 26, p. 1087-1113, 2005.

GOMES, Ana Laudelina F. . Notas Críticas sobre as Orientações Curriculares Nacionais para a Sociologia no Ensino Médio. Cronos, v. 8, nº 2, p. 10-20, 2007.

HANDFAS, A.O Estado da Arte do Ensino de Sociologia na Educação Básica: um levantamento preliminar da produção acadêmica. Inter-legere, s/v, n. 9, p. 386-400, 2011.

MACHADO, Celso de Souza. O ensino de sociologia na escola secundária: um levantamento preliminar. Rev, Fac. Educ., São Paulo. v. 13, n º 1, p. 115-142. 1987.

MEUCCI, S. Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2011.

MORAES, Amaury Cesar de . Desafios para a implantação do ensino de sociologia na escola média brasileira. In: HANDFAS, Anita e OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. (Org.). A sociologia vai à escola - história, ensino e docência. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2009, p. 19-29.

MORAES, Amaury Cesar. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. Cadernos CEDES, v. 31, nº 85, p. 359-382, 2011.

MORAES, Amaury Cesar de. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. Tempo Social, São Paulo - SP, v. 15, n.1, p. 05-20, 2003.

MORAES, Amaury Cesar. O Veto de FHC: o sentido de um gesto. In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de. (org.). Sociologia e Ensino em Debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004. p. 105-111.

MORAES, Amaury Cesar. Propostas Curriculares de Sociologia para o Ensino Médio: um estudo preliminar. In: HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa. (Org.). Dilemas e perspectivas da Sociologia na Educação Básica. Rio de Janeiro: E-papaers/Faperj, 2012, v. 1, p. 121-134.

MORAES, Amaury Cesar; GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca. . Metodologia de Ensino de Ciências Sociais: relendo as OCEM-Sociologia. In: MORAES, Amaury Cesar de (Org.). Coleção Explorando o Ensino de Sociologia. Brasília: MEC, 2010, p. 45-62.

MORAES, Amaury Cesar; TAKAGI, Cassiana. O que as Propostas Curriculares Oficiais de Sociologia do Estado de São Paulo dizem aos professores? Londrina: UEL, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupoestudo/gaes/pages/arquivos/GT4%20Artigo%20Cassiana%20Tiemi%20Propostas%20Curriculares.pdf>>. Acesso:15.02.13

MOTA, Kelly Cristine Corrêa da Silva. Os lugares da sociologia na formação de estudantes do ensino médio: as perspectivas de professores. Rev. Bras. Educ., s/v, n.29, p.88-107. 2005.

MOTA, Kelly Cristine Corrêa da Silva. Os lugares da Sociologia na educação escolar de jovens do ensino médio: formação ou exclusão da cidadania e da crítica?. Dissertação de Mestrado em Educação. UNISINOS. São Leopoldo-RS, 2003.

- NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. São Paulo: EDUSP, 1974.
- NEUHOLD, Roberta dos Reis . Contribuições do meio acadêmico-científico aos debates sobre o ensino de Sociologia na escola básica. In: XV Congresso Brasileiro de Sociologia: mudanças, permanências e desafios sociológicos, 2011, Curitiba. Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia. Curitiba, 2011.
- OLIVEIRA, Amurabi . Sentidos e Dilemas do Ensino de Sociologia: Um Olhar Sociológico. Inter-legere, s/v, n. 9, p. 25-39, 2011.
- RESES, Erlando. ...E com a Palavra: Os Alunos - Estudo das Representações Sociais dos Alunos da Rede Pública do Distrito Federal sobre a Sociologia no Ensino Médio. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Unb. Brasília – DF, 2004.
- RESES, Erlando. Sociologia no ensino médio: o que os alunos pensam?. In: OLIVEIRA, D. D.; RABELO D.; FREITAS, R. A. (orgs.). Ensino de Sociologia: currículo, metodologia e formação de professores. Goiânia: UFG/FUNAPE, 2011.
- SANTOS, Mário Bispo. A Sociologia no Ensino Médio: O que pensam os professores da Rede Pública do Distrito Federal. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Brasília. UnB: Instituto de Ciências Sociais – Brasília – DF, 2002.
- SANTOS, Mário Bispo. Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino de Sociologia: em busca do mapa comum. Percursos, v. 13, nº 1, p. 1-59, 2012.
- SARANDY, Flávio . O debate acerca do ensino de sociologia no secundário, entre as décadas de 1930 e 1950. Ciência e modernidade no pensamento educacional brasileiro. Revista Mediações , v. 12, nº 2, p. 67-94, 2007.
- SARANDY, Flávio. Propostas Curriculares em Sociologia. Inter-legere, s/v, n. 9, p. 61-84, 2011.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. Campinas, SP: Editores Associados, 2009.
- SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Editores Associados, 2011.
- SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B. ; COSTA, V. M. R. . Tempos de Capanema. São Paulo e Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra/Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- SILVA, Ileizi L. F. . O Ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, Amaury Cesar de (Org.). Coleção Explorando o Ensino de Sociologia. Brasília: MEC, 2010, p. 23-31.
- TARDIF, Maurice; RAYMOND, Danielle. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. Educ. Soc., v. 21, no.73, p.209-244. 2000.
- WEBER, Silke . O Professorado e O Papel da Educação Na Sociedade. Campinas: Papyrus, 1996.
- XAVIER, Libânia Nacif. Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932). Bragança Paulista: Edusf, 2002.
- YOUNG, Michael. O Currículo do Futuro: Da “nova sociologia da educação” a uma teoria crítica do aprendizado. Campinas, SP: Papyrus, 2000.